

EDUCAÇÃO

Na Justiça, pela devolução do que foi cobrado a mais.

A Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos — Fenapa — entrará com uma ação popular contra decisão do Conselho Federal de Educação (CFE) que, na sexta-feira passada, deu parecer contrário à obrigatoriedade das escolas particulares devolverem o que cobraram em excesso durante o período de vigência da liberdade vigiada de preços das mensalidades. Segundo o presidente da Fenapa, Luís Cassemiro, a ação será encaminhada, ainda esse mês, através da Curadoria de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, ao Ministério Público. "Estamos agora estudando a melhor forma de entrar com a ação coletiva", disse Cassemiro.

Cassemiro afirmou que a ação não se limitará à questão da devolução dos excedentes cobrados de janeiro a março desse ano — essa é a questão maior, porque os pais foram espoliados pela ação de um decreto que deu liberdade sem nenhuma vigilância —, pois, existem outras evidências da falta de habilidade dos conselhos em tratar do assunto. Segundo ele, a principal intenção da ação popular é fazer repassar a responsabilidade pela fiscalização "a outros órgãos mais envolvidos com os direitos dos consumidores".

Pela interpretação do CFE, só têm direito a restituição os pais que entraram com recurso durante a liberdade vigiada (o Ministério da Educação considerava que as mensalidades de janeiro, fevereiro e março não poderiam ultrapassar o valor resultante dos cálculos obtidos com a fórmula proposta pelo decreto 95.921), já que, constitucionalmente, nenhum decreto pode ter caráter retroativo.

Fenen dá o troco

A reunião entre alguns sindicatos de proprietários de escolas, realizada ontem, em São Paulo, para a formação de uma dissidência à Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), não preocupa os dirigentes da federação. Segundo o secretário-executivo da Fenen, Bazzilli Anastassakis, o encontro "não passa de fruto da mente insana do presidente do sindicato de São Paulo, José Aurélio de Camargo". Bazzilli disse que a reunião, convocada por Camargo, teve "uma repercussão pequeníssima".

Ele não sabe explicar as razões que levaram Camargo a convocar a reunião. "Ele tentou fazer algo em nível nacional. Mas só apareceram os sindicatos do Amazonas, Volta Redonda, Paraná e Rio de Janeiro, além de São Paulo", disse Anastassakis, para quem o "problema, por parte da Fenen, nunca existiu". O secretário explicou que a federação procura respeitar a autonomia de ação de cada sindicato, dando-lhe apenas orientações "Camargo nunca seguiu nossas orientações", reclamou.

Para ele, "a única coisa que existe é um problema de sanidade mental do Camargo. E não seria o primeiro caso". Bazzilli afirmou que Camargo "vive colocando os pés pelas mãos", o que já lhe valeu um processo, no ano passado, por desacato a um juiz, que deu ganho de causa a um pai que reclamava de aumentos nas mensalidades. "Mais do que para nós, Camargo está criando problemas para as escolas de São Paulo. Nós esperamos que agora, nas eleições para escolha da nova diretoria do sindicato, os associados se deem conta disso e não o recondzam à presidência", disse.